

Pedro Augusto de Jesus

DIREITO DE
REGRESSO E
PROCESSO

Prefácio

Paulo Henrique dos Santos Lucon

Apresentação

Clarisse Frechiani Lara Leite

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretores de Conteúdo e Operações Editoriais

Alexandre Ferreira Mattioli e Juliana Mayumi Ono

Gerente de Conteúdo

Andréia R. Schneider Nunes Carvalhaes

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolína de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Estagiários: Aline Pavanelli e João Victor Sales

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

Milisa Cristine Romera

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Piastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Parise Jatene Castello Branco e Rebeca Crespo Rangel

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

Camilla Furegato da Silva

Gerente de Operações e Produção Gráfica

Maurício Alves Monte

Analista de Produção Gráfica: Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Jesus, Pedro Augusto de
Direito de regresso e processo / Pedro Augusto de Jesus. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-1560-5

1. Devedores e credores 2. Direito material 3. Direito processual 4. Processo de conhecimento 5. Regime jurídico I. Título.

24-200628

CDU-347 9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito processual 347.9

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Sumário

Agradecimentos	7
Prefácio	9
Apresentação	11
Abreviaturas	15
Introdução	21
1. Tema desenvolvido e suas limitações.....	21
2. Justificativa da escolha e importância do tema	23
3. Contribuição original da tese à ciência jurídica brasileira	34
4. Relativização do binômio direito e processo	36
§ 1º Premissas relativas ao direito material: generalidades sobre o regresso e outros assuntos afins	41
5. Direito de reembolso e direito de regresso. Regresso como espécie de direito de reembolso.....	42
6. Sentido restrito de regresso. Delimitação às obrigações solidárias. Pressupostos e características.....	51
7. Natureza jurídica do direito de regresso. Direito subjetivo, não ação em sentido processual.....	60
8. Noções elementares sobre obrigações solidárias.....	64
9. Segue. Relação externa. Vínculo entre credor e devedor	71
10. Segue. Relação interna. Vínculo de credores ou devedores entre si....	75
11. Solidariedade e subsidiariedade. Noções incompatíveis?.....	77
12. Objeto, extensão e limites de operatividade do direito de regresso....	87
13. Regresso e sub-rogação legal. Institutos distintos.....	93
14. Segue. Consequências da diferenciação de sub-rogação e regresso (sentido estrito) no direito processual.....	102

15. Regresso e outras modalidades afins. Convergências e divergências em relação à gestão de negócios, ao pagamento indevido e ao enriquecimento sem causa.....	104
16. Problema da terminologia legal. Confusão de conceitos na legislação. Dificuldades na definição do regime jurídico do direito subjetivo	106
17. Fontes das obrigações solidárias. Análise a partir do direito material e do direito processual.....	107
18. Conclusão parcial.....	111
§ 2º Regresso no processo de conhecimento: técnicas e tutela.....	113
19. Denúnciação da lide. Generalidades	114
20. Segue. Conceito. Hipóteses de cabimento.....	118
21. Segue. Eficácia e regresso (inc. I, art. 125, do CPC).....	122
22. Segue. Amplitude da locução <i>ação regressiva</i> do inc. II, art. 125, do CPC	124
23. Segue. Alternatividade entre a denúnciação da lide e o chamamento ao processo.....	133
24. Segue. Cabimento da denúnciação da lide em face de litisconsorte?...	135
25. Segue. Estrutura da relação jurídica processual e conteúdo da sentença	138
26. Segue. Cumprimento de sentença diretamente contra denunciado. Interpretação do par. ún. do art. 128 do CPC	140
27. Chamamento ao processo. Generalidades	143
28. Segue. Conceito. Hipóteses de cabimento.....	145
29. Segue. Disparidade das hipóteses de cabimento do chamamento ao processo e consequências distintas estabelecidas pelo direito material. Pagamento acarretará sub-rogação legal ou direito de regresso em sentido estrito.....	150
30. Segue. Estrutura da relação jurídica processual e conteúdo da sentença	152
31. Segue. Visão do chamamento ao processo como decorrência do exercício do direito de ação.....	152
32. Segue. Visão do chamamento ao processo como modalidade de inserção.....	155
33. Segue. Insuficiência da interpretação majoritária do art. 132 do CPC. Necessidade de se atribuir uma nova interpretação (suplementar) ao dispositivo.....	157
34. Ação autônoma de regresso	161
35. Litisconsórcio e o direito de regresso.....	165
36. Segue. Litisconsórcio no contexto da pluralidade de partes.....	167

37. Segue. Possíveis classificações do litisconsórcio	171
38. Segue. Aprofundamento relativamente a algumas hipóteses de formação de litisconsórcio passivo ulterior	182
39. Segue. Aplicação extensiva (ou por analogia?) do art. 132 do CPC.....	194
40. Segue. Regresso e obrigações solidárias decorrentes do processo ...	198
41. Conclusão parcial	199
§ 3º Regresso no processo de execução: técnicas e tutela	201
42. Generalidades sobre a execução	203
43. Legitimidade executiva	210
44. Litisconsórcio no processo executivo	215
45. Intervenções de terceiro no processo executivo.....	224
46. Técnicas dos arts. 794 e 795 do CPC. Execução do fiador e do sócio da pessoa jurídica nos autos do mesmo processo.....	230
47. Situação do fiador: perspectivas material e processual	231
48. Segue. Fiador não solidário e com benefício de ordem.....	233
49. Segue. Fiador não solidário e sem benefício de ordem.....	237
50. Segue. Fiador solidário e sem benefício de ordem	238
51. Segue. Fiador em situação de pluralidade de fiadores.....	241
52. Situação do sócio: perspectiva material e processual	244
53. Segue. Sócio solidário com e sem benefício de ordem.....	249
54. Segue. Aplicações extensiva e analógica do § 2º do art. 794 e do § 3º do art. 795 do CPC	253
55. Conclusão parcial	257
§ 4º Regresso e efeitos das decisões judiciais no processo de conhecimento e de execução	259
56. Princípio da demanda	262
57. Pedido e mérito.....	265
58. Princípio da correlação entre o pedido e o julgado	268
59. Exceções ao princípio da demanda.....	271
60. Segue. Pedidos implícitos.....	272
61. Segue. Questão prejudicial de mérito (art. 503, § 1º, do CPC).....	276
62. Objeto do processo e objeto litigioso do processo	280
63. Conteúdo e efeitos da sentença	283
64. Segue. Efeitos secundários (anexos) da sentença	288
65. Diferenças entre os efeitos secundários da sentença e os pedidos implícitos.....	296

66. Coisa julgada	298
67. Segue. Coisa julgada e execução de título executivo.....	301
68. Conclusão parcial	305
§ 5º Tese defendida	307
§ 6º Exercício do direito de regresso e institutos fundamentais do processo..	311
69. Regresso e jurisdição.....	312
70. Segue. Competência do juízo originário	314
71. Segue. Incompetência do juízo originário.....	315
72. Segue. Incompetência, juízos estatais e <i>translatio iudicii</i>	321
73. Regresso e ação	322
74. Segue. Tutela executiva e tutela cognitiva.....	322
75. Segue. Aplicação do princípio da fungibilidade	327
76. Segue. Pedido e limites	329
77. Segue. Obrigação e sua gênese	332
78. Segue. Objeto da obrigação	333
79. Regresso e defesa	334
80. Segue. Defesa processual.....	336
81. Segue. Defesa de mérito	338
82. Regresso e processo	340
83. Segue. Procedimentos aplicáveis	342
84. Segue. Terceiros e a pretensão de regresso	343
Conclusão.....	347
Bibliografia	351